



Experiência:

Treinamento de gerência regional

Ministério da Saúde

Escritório de Representação em São Paulo

Responsável: Maria Aparecida Orsini Carvalho Fernandes

Equipe: Edward Ladislau Ludkiewkv Neto, Flávio Azenha, Júlio Abreu Neto, Omar Salim Rezek, Tania Coimbra Pereira.

Endereço: Av. 9 de Julho, 611 — 4o andar

São Paulo, SP — CEP: 01313-000

Telefones: (011) 239 2670 — Fax: (011) 239 0332

Relato

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição de 1988, determinou a redefinição dos papéis dos governos federal, estadual e municipal no que se refere à execução das ações de saúde. Embora os municípios tenham avançado bastante na definição da sua competência, principalmente devido à política de descentralização/ municipalização implementada pelo Ministério da Saúde, o mesmo não ocorreu com os governos estaduais. As Secretarias Estaduais de Saúde (SES) têm tido dificuldade de cumprir o seu papel, principalmente no que se refere às medidas que eram antes conduzidas pelo antigo INAMPS.

As dificuldades não decorrem da ausência de instrumentos, mas da in experiência na implementação de medidas destinadas à racionalização dos custos e de combate ao desperdício, e à regulação e fiscalização permanente dos sistemas e serviços de saúde. Por outro lado, superá-las implica romper a dicotomia entre as práticas de avaliação específicas do antigo INAMPS — auditoria e controle — e aquelas das Secretarias de Estado da Saúde: vigilância sanitária e epidemiológica e programação para o enfrentamento dos problemas de saúde da população e avaliação do impacto epidemiológico das ações implementadas. A solução para o problema foi encontrada no Treinamento de Gerência Regional, destinado a capacitar os técnicos das diretorias regionais de saúde — DARES, da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo e das Secretarias de Saúde dos municípios em gestão simplificada, para o desenvolvimento de atividades de avaliação e controle, em nível regional, e para apoiar a implementação destas atividades nos municípios de sua região, tendo como referência a estratégia de descentralização das ações de saúde no SUS.

O treinamento foi desenvolvido sob a coordenação conjunta do Escritório Regional do Ministério da Saúde em São Paulo, e do Núcleo de Investigação em Serviços e Sistemas de Saúde (ISIS) do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo. As atividades assumiram a sistemática de oficinas de trabalho, realizadas uma vez por semana, segundo conteúdos e produtos previamente definidos. A cada oficina seguiu-se uma atividade prática, realizada pela DARES na sua região, com o objetivo de formar o hábito da coleta e análise de informações e permitir o debate e a troca de experiências entre os técnicos participantes.

A partir das atividades desenvolvidas, estabeleceu-se um novo marco conceitual sobre avaliação e controle (em substituição ao simples controle contábil dos atos a serem pagos aos prestadores de serviços contratados) que passa a se orientar pela visão de saúde inscrita nos textos legais do SUS: as condições de vida e de saúde da população, voltando-se para as ações de promoção e prevenção e não apenas de cura e reabilitação. Esta abordagem, que configura um “Modelo de Avaliação por Problemas” exibe as seguintes características: o objeto da avaliação se desloca da assistência médica individual para o problema de saúde entendido como coletivo; as intervenções para enfrentar os problemas de saúde devem ser avaliadas à luz do seu impacto nos problemas, e não apenas em termos quantitativos estanques de eficácia, eficiência, efetividade, resolutividade; importa avaliar o grau de democracia do processo de planejamento e gestão do SUS, compreendido como o grau de abertura do processo decisório quanto à priorização dos problemas, seleção das intervenções e sua execução; os sistemas de informação que alimentam o planejamento, avaliação e gestão do SUS devem ser preferencialmente informatizados e ordenados em base geográfica e devem incluir dados quantitativos (demográficos, socioeconômicos, epidemiológicos, de produção de serviços) e dados qualitativos obtidos junto aos diversos atores sociais, de modo a caracterizar territórios sociais, permitindo diferentes aproximações da realidade.

Resultados

Construção de um novo marco conceitual sobre avaliação e controle. Abertura de um canal de comunicação entre o Ministério da Saúde, as DORES da SES-SP e os municípios participantes. Estímulo ao intercâmbio de práticas e à articulação regional, em consequência da interação de membros do governo estadual e municipal no treinamento, onde foram discutidas as competências exclusivas e concorrentes de cada gestor. Reciclagem dos auditores federais, todos oriundos do antigo INAMPS, que substituíram a concepção centralizadora pela perspectiva de articulação entre diferentes gestores para o desenvolvimento de ações de cooperação técnica. Estabelecimento, pela SES-SP, de parâmetros para o atendimento ambulatorial, que passam a viabilizar as ações de controle.